

8 - Os estados africanos nos séculos XVI-XVIII

desenvolvimento desigual na África Ocidental

André Luiz Reis da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, ALR. Os estados africanos nos séculos XVI-XVIII: desenvolvimento desigual na África Ocidental. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 97-110. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

OS ESTADOS AFRICANOS
NOS SÉCULOS XVI-XVIII:
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL
NA ÁFRICA OCIDENTAL

André Luiz Reis da Silva

Quando os portugueses conquistaram Ceuta (1415) e deram início ao périplo africano, no contexto do mercantilismo, da formação dos Estados nacionais europeus e da constituição de um sistema mundial capitalista, os Estados africanos viviam seu próprio desenvolvimento. Ao observar-se o mosaico de organizações políticas que amalgamavam uma plêiade de formações econômicas e sociais, verifica-se que o continente detinha uma grande complexidade de relações e estava em pleno desenvolvimento.

O continente vivia uma história, estava em movimento e não congelado no tempo. Também não era um paraíso perdido na História, posteriormente subjugado pelas maquinações européias, em uma visão que desumanizaria o africano, pois não lhe atribui as contradições existentes em qualquer sociedade. O continente passava por suas próprias transformações, baseadas também na arrecadação de tributos, no trabalho compulsório, bem como nas lutas pelo poder e pelo controle das riquezas ou das rotas de comércio, tal e qual os europeus na formação de seus Estados nacionais.

E é precisamente essa dinâmica própria que se rearticulará no contato com os europeus, promovendo desestruturações/reestruturações. Nesse sentido, este texto tem como objetivo analisar as conseqüências para o continente africano, em especial a África Ocidental, do contato com os europeus ao longo dos séculos XVI-XVIII. Parto da problemática do desenvolvimento desigual e combinado, para

poder perceber como a combinação e a articulação das formações européias e africanas provocaram as transformações no continente, sobretudo o bloqueamento das formações tributárias e sua dependência ao capitalismo nascente.

O Desenvolvimento Desigual e Combinado nas Formações Pré-capitalistas Africanas

De acordo com Samir Amin (1976), Modo de Produção é um conceito abstrato, não implicando em uma lógica rígida de sucessão entre eles e nem existindo de forma “pura” em alguma sociedade, conforme trabalhado pela historiografia tradicional. De acordo com Amin, pode-se distinguir cinco modos de produção: 1) modo de produção “comunitário primitivo” anterior a todos os outros; 2) modo de produção tributário; 3) modo de produção escravista; 4) modo de produção “mercantil simples”, e 5) modo de produção capitalista. Mas nenhum desses modos de produção existiu na forma ideal, pois as sociedades históricas são formações que combinam modos de produção variados. Segundo Amin, “as formações sociais são, portanto, estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos” (Amin, 1976, p. 12). Assim, é possível ver a articulação de diferentes formas de produção em uma sociedade concreta, e convém identificar, então, qual é o modo dominante e qual é o ascendente.

Conforme Samir Amin, todas as sociedades pré-capitalistas são formações sociais combinando os mesmos elementos: 1) dominância do modo de produção comunitário ou tributário; 2) existência de relações mercantis simples com um âmbito limitado, 3) existência de relações de comércio de longa distância, que articula diversas formações autônomas e permite a transferência do excedente de uma sociedade para outra. Uma formação social que depende basicamente do comér-

cio de longa distância marca que ela tem baixa produção de excedente interno, e essa formação pode entrar em ascensão ou decadência de acordo com as trocas comerciais, não importando diretamente se teve uma modificação notável na produção de seu excedente.

Quando da chegada dos europeus à África, o continente encontrava diversas formações sociais, tendo o predomínio das variações de modo de produção comunitário e tributário. Sobre os modos de produção comunitário, de acordo com Samir Amin,

a África negra apresenta uma gama variada destes modos de produção, uns relativamente pouco hierarquizados – nomeadamente no território banto –, outros fortemente desiguais como entre os tucolores no Vale do Senegal, os achânti do Gana, os hauçás do norte da Nigéria, etc. Mas sempre o camponês tem acesso à terra; por pertencer a um clã, tem direito a uma parcela do território deste. Daí, que seja impossível o processo de proletarização, isto é, de separação do produtor de seus meios de produção. (Amin, 1976, p. 10)

Nas civilizações pré-capitalistas, as formações sociais mais comuns são aquelas que apresentam como modo de produção dominante o tributário. As formações tributárias se dividem em três grandes categorias: 1) formações tributárias ricas, fundadas num excedente interno volumoso, como Egito e China; 2) formações tributárias pobres, caracterizadas pelo pequeno volume de excedente, como sociedades medievais e o feudalismo, e 3) formações tributárias comerciantes, dependentes das rotas de comércio, como a Grécia Antiga, o mundo árabe no seu apogeu e diversos Estados da savana africana (Amin, 1976, p. 15). O escravismo aparecia marginalmente (África) ou com centralidade (Grécia Antiga) nessas formações tributárias comerciantes.

Tanto as formações africanas com centralidade comunitária como as formações com centralidade tributário-mercantil foram fortemente impactadas com o contato e o comércio com os europeus. Entretanto, se o impacto gerou o capitalismo na Europa (que veio justamente da sua pobreza relativa), na África ocorreu o bloqueamento, precisamente porque faltou um dos elementos essenciais para a emergência do capitalismo: a desestruturação das relações feudais. O outro elemento (acumulação de capital) pode ser encontrado em al-

gumas sociedades do norte da África, que marcou o apogeu de grandes impérios africanos, mas tinham pouco excedente, e esse lucro vinha mais do comércio de longa distância do que a articulação com a produção local. Ou seja, essas formações eram fundadas não sobre o excedente tributado aos camponeses na região, mas sobre os lucros do grande comércio. De acordo com Samir Amin,

é assim que todos os grandes Estados magrebinos foram estabelecidos sobre o comércio do ouro proveniente da África do Oeste. Durante séculos, até a descoberta da América, a África do Oeste será o principal fornecedor do metal amarelo para toda a parte ocidental do mundo antigo (Amin, 1976, p. 35).

Os períodos brilhantes da civilização árabe no norte da África não são caracterizados por grandes realizações agrícolas, mas pela prosperidade do comércio e das cidades. A decadência virá com o desvio das rotas comerciais.

É exatamente nesse ponto que preconceitos ideológicos desfavoráveis à África costumam aflorar. As formações africanas pré-mercantilistas são autônomas, e seu desenvolvimento ocorre de forma paralela e articulada com as formações da Ásia, do Mediterrâneo (sul da Europa) e do Oriente Médio. A África fazia a articulação entre essas três regiões e estava integrada na História mundial quando chegaram os portugueses, no século XV. As estruturas africanas se equiparavam em desenvolvimento às suas análogas em diversas outras regiões, e os relatos dos viajantes admirados com as “maravilhas” dos Estados africanos corroboram essa tese.

Mas o comércio mercantilista, nos séculos XVI-XVIII, foi mais além do que o “comércio igualitário” da fase anterior, pois engendrou o sistema capitalista e desagregou as relações feudais (na Europa) e tributárias e comunitárias (essencialmente na África). A força resultante foi a formação do sistema capitalista a partir do mercantilismo, com uma especialização e divisão internacional do trabalho, no qual os reinos africanos ficariam incumbidos basicamente de fornecer mão-de-obra escrava, além de poucos produtos extrativistas. Assim, esses Estados africanos no início do século XVI são embriões de nação des-

truídos pelo fim do comércio saariano e pela rearticulação atlântica. O Império Songai constituiu um exemplo claro dessa situação. O último grande Estado mercantil-tributário do Sudão Ocidental vivia um momento de transformação interna rumo, talvez, a uma especialização e organização com corte classista. Mas a invasão da região pelos mercenários do sultão de Marrocos e a derrota do Estado Songai em 1591 puseram fim ao império e interromperam esse processo. Com a chegada dos europeus e o estabelecimento de comércio no litoral, as linhas comerciais que passavam pelos domínios de Songai foram se enfraquecendo, e o império ruiu.

O deslocamento do centro de gravidade do comércio africano (da savana para a costa) reflete, em certa medida, o deslocamento do centro de gravidade do desenvolvimento europeu (do Mediterrâneo para o Atlântico), no qual as relações África-Europa estariam submetidas agora ao quadro mais amplo de formação do capitalismo mercantilista, que desenvolveu desigualmente as formações sociais que engendrava. Conforme Samir Amin,

é evidentemente impossível saber o que se tornariam as formações africanas se tivessem continuado a evoluir por si mesmo depois do século XVII. Integradas num estágio precoce no sistema capitalista nascente, o estágio mercantilista, foram, na realidade, destruídas nesta época e não tardarão a regredir. Pode-se calcular-se, contudo, que o grande comércio africano pré-mercantilista, brilhante em certas regiões, mas articulando-se em formações comunitárias ou tributárias relativamente pobres, não teria podido gerar por si só o modo de produção capitalista (Amin, 1976, p. 41).

A Chegada dos Europeus e a Rearticulação Econômica no Norte da África

De fato, a chegada dos europeus ao continente africano no século XV, a partir do périplo português, foi um dos acontecimentos de maior impacto no continente, cujas conseqüências se fazem sentir até nossos dias. Em síntese, significou o bloqueamento do desenvolvimento próprio do continente africano e sua rearticula-

ção em direção ao desenvolvimento do capitalismo, cujo epicentro seria agora o Atlântico.

Inicialmente, a África não interessava diretamente aos portugueses, os quais percebiam o continente como um ponto de escala na rota para a Ásia. Os portugueses não tinham como objetivo direto colonizar a África, mas assegurar-se de bases comerciais e pontos de apoio, por isso o interesse em se apoderar das ilhas e dos locais litorâneos. Mesmo com o comércio de escravos e a implantação de feitorias, os portugueses não se aventuraram muito além da costa africana (Berteaux, 1974, p. 116-117). Os franceses foram uma exceção e penetraram o Rio Senegal em meados do século XVII (Berteaux, 1974, p. 140).

Mas os lançados, ou tangomaus, tiveram uma importância estratégica no estabelecimento das redes comerciais entre os europeus e africanos. Esses homens, na maioria degredados (“lançados” às praias) ou aventureiros, eram deixados nas costas da África, Ásia e América. Os poucos que sobreviviam às doenças e aos ataques conseguiam adquirir alguma imunização e conhecimento do terreno por onde andavam. Esses homens aprendiam as línguas dos africanos, seus métodos de comércio e se tornaram responsáveis pela atividade comercial. Nesse aspecto, convém recordar que Cabo Verde, a qual começou a ser povoada em 1462, com portugueses e escravos africanos, também foi em grande parte responsável pelo comércio com o continente. A atuação dos mulatos miscigenados chegou, inclusive, a gerar preocupação por parte da Coroa portuguesa, a qual procurou intensificar o envio de mulheres brancas degredadas para Cabo Verde. Duvidava-se da lealdade dos mulatos, com ligações africanas, para com a Coroa portuguesa em relação ao comércio (Silva, 2002, p. 232-234).

No início do século XVII, outras nacionalidades européias alcançaram a África, sobretudo holandeses e ingleses. Os holandeses procuraram fragilizar as conquistas portuguesas no continente, como El Mina, na Costa do Ouro, em 1637, e Luanda (que ocuparam de 1641-1648). Em 1652, os holandeses fundaram a Cidade do Cabo. A partir de 1533, os ingleses fizeram expedições regulares ao continen-

te e entraram em diversos conflitos com os portugueses. Em 1626, foi criada a Companhia francesa da África Ocidental, e os franceses se estabeleceram no Senegal. Nesse período, o principal interesse dos europeus na África será o escravo.

Assim, nos séculos XVI e XVII, houve a formação de novas organizações políticas africanas, as quais, em conjunto com outras mais antigas, prosperam em função do comércio de escravo (como os achântis e iorubás, do Daomé) e das armas de fogo obtidas. A fragilidade desses Estados apareceu com o fim do tráfico de escravos, em meados do século XIX, porque temporariamente nenhum outro produto parecia substituir o comércio de escravos (Berteaux, 1974, p. 140).

Com o tráfico de escravos no litoral, o comércio transaariano entrou em processo de estagnação, em contrapartida com a ampliação das correntes comerciais em direção ao litoral atlântico. Conforme Alberto da Costa e Silva, ocorreram mudanças políticas com a instalação de três dezenas de fortes europeus na Costa do Ouro, e os comandantes e feitores europeus tinham de pagar tributos aos régulos das terras onde estavam presentes, mas em outros locais passaram à posição de predomínio e se invertia a prática, começando a cobrar impostos dos chefes africanos da vizinhança. De acordo com Costa e Silva, as fortalezas européias também provocavam outros efeitos:

Muitos africanos, por exemplo, passaram nelas a trabalhar como assalariados e nelas não só adquiriam novos ofícios ou adaptaram os que já tinham ao gosto do branco, como também aprenderam as manhas deste. Outros aprenderam em casa, pois nasceram de uniões entre europeus e mulheres da terra. E alguns aproveitavam esse conhecimento para se tornarem intermediários ágeis e sagazes entre os brancos, de um lado, e os reis, chefes e batanias. Não faltou quem fosse além e construísse sua própria estrutura de poder (Silva, 2002, p. 814).

Se, inicialmente, os mais diversos produtos serviam como base de troca pelos escravos (na maior parte consideradas “presentes”), com o passar do tempo e a sistematização do tráfico, os comercian-

tes africanos passaram a exigir um leque mais restrito de mercadorias. Além das contas (como *cauris*) utilizadas como moeda, os produtos incluíam tecidos, armas de fogo, facas, pólvora, bebidas alcoólicas, fumo, açúcar, bacias de cobre, basicamente produtos de consumo que em pouco contribuíam para o desenvolvimento econômico africano, cuja drenagem de mão-de-obra já fazia sentir seus efeitos, ainda que compensada pela drenagem menor de mulheres.

Os Novos Estados do Litoral: Fortalecimento e Dependência Durante o Mercantilismo

O contato com os europeus interferiu e rearticulou diretamente diversas organizações políticas africanas em processo de formação/aglutinação. A centralização de impérios, as novas organizações econômicas passaram a ter de contar com a variável das relações com os europeus, os quais poderiam se tornar aliados ou inimigos, em um complexo jogo que reunia alianças, federações e sucessão de domínios e hegemonias. O que ressalta nesse processo é a incapacidade europeia de domínio imediato do continente africano, bem como a impossibilidade de derrotar/submeter diversos impérios poderosos, que contavam com armamento suficiente, em muitos casos, para repelir as investidas europeias ou promover alianças com esses. Assim, diversas organizações políticas africanas foram rearticuladas a partir do contato com os europeus e verificaram um incremento de seu poderio a partir do controle do comércio no litoral, sobretudo de escravos.

Um dos grandes beneficiários do tráfico atlântico de escravos foram os achântis. Desde o século XI e XII, organizaram-se pequenos principados formados por povos akans e que foram enquadrando as tribos autóctones, as quais nesses territórios tinham como base o comércio de noz-de-cola e de ouro. Os fantis vieram mais ao Sul e se estabeleceram próximo ao litoral. As cidades-Estados formadas na

costa africana procuraram resistir às tentativas de conquista dos impérios do interior e poderiam ser apoiadas pelos fortes europeus.

A rivalidade fanti-achânti foi aproveitada pelos europeus nesse período, no qual os fantis acabavam submetidos (Ki-Zerbo, 1999, p. 345-346). Os achântis vendiam escravos em troca, sobretudo, de armas de fogo, o que servia para ampliar seu território, alcançando extensão máxima na metade do século XVIII. No início do século XIX, o império achânti era poderoso e centralizado, organizado em uma burocracia eficiente. Entretanto, o fim do tráfico atlântico de escravos selaria o destino deste império, que entrou em diversos conflitos com os britânicos, até serem definitivamente incorporados como colônia da Costa do Ouro, em 1901.

Os Estados Mossi (como Tencodogo, Uagadugu, Iatenga, entre outros) foram criados entre os séculos XIV e XV e chegaram a ser vassalos do Império Songai no século XV, mas recuperaram sua autonomia no século XVI. Pelos Estados Mossi não passavam inicialmente as rotas de comércio de ouro e de noz-de-cola, mas circulavam outros produtos. Mas os mossis procuraram estabelecer ligações com as rotas mercantis que passavam perto de seu território, para em seguida controlá-las. Os mossi também preavam e vendiam escravos (Silva, 2002, p. 803). Em 1896, os mossi se tornaram um protetorado francês (atual região de Burkina Fasso).

Quando os portugueses entraram em contato com o antigo Reino do Benim (atual cidade da Nigéria, não confundir com a República de Benin, antes chamado Daomé), por volta de 1480, o reino se encontrava em plena expansão, através de guerras. Segundo descrições dos portugueses, teria umas oitenta léguas de comprimento por quarenta de largura. Nos últimos anos do século XV, uma expedição portuguesa foi à capital do reino para estabelecer os primeiros contatos com Evaré, o Grande, o obá¹ em exercício (era o décimo-quineto da dinastia). O obá recebeu bem os portugueses. O comércio en-

¹Título atribuído aos governantes do Benim.

tre os portugueses e Benim, além de escravos, envolvia armas, pimenta, vestimentas e marfim.

O *obá* Esigi (ou Eisigie) que sucedeu Evaré foi ainda mais favorável aos portugueses. Interessado pelas armas de fogo que eles portavam, enviou em 1514 uma embaixada para Portugal. Instruído pelos portugueses que comerciavam em Benim, o *obá* pediu missionários, pois um decreto papal impedia a venda de armas para pagãos e infiéis (Silva, 2002, p. 314). De acordo com Costa e Silva, os dois representantes do Benim levavam consigo 12 cativos, para irem vendendo conforme as necessidades, além de terem pago com quatro cativos para serem levados a Portugal em um barco. Entretanto, continua o autor:

Os dois dignitários foram esbulhados pelo capitão do barco, que lhes tomou seis cativos, e chegaram a Lisboa com pouco para se sustentarem. Providenciou, porém, a Coroa Portuguesa para que nada lhes faltasse. De modo que regressaram ao Benim de boa saúde e com muitos presentes, acompanhados por missionários, mas sem os arcabuzes e canhões. (Silva, 2002, p. 314)

O *obá* não se converteu ao catolicismo, mas permitiu a construção de igrejas e que os missionários pregassem no seu reino. Mas sem a conversão do reino (como fez seu contemporâneo manicongo Afonso, rei do Congo), o Rei de Portugal, D. João III, não autorizava a venda de armas, o que provocou a diminuição do interesse do Benim pelo comércio com Portugal. O *obá* respondeu ao embargo de armas abrindo e fechando mercados no comércio com os portugueses e controlando a venda de escravos, chegando até a interditar por um tempo a venda de escravos homens para os portugueses. Mas o *obá* acabou conseguindo as armas, através do comércio com outras nações européias (Silva, 2002, p. 317).

A noroeste do Benim encontrava-se o reino fon de Daomé (na atualidade, corresponde ao Benim), que incluía os reinos Alada, Ajudá e Popó. Esses reinos se ligaram a atividades de comércio de escravos e estavam submetidos à influência do reino de Oió. A capital do Daomé (grande Alada) possuía cerca de 25 km de circunferência e cerca de 30

mil habitantes. A fuga ao assédio europeu provocou a instalação do reino de Daomé em Abomé, que no século XVIII vem a ser a maior potência da região (Del Priore; Venâncio, 2004, p. 121).

No século XVIII, o reino de Daomé se expandiu e seu chefe, Agaja, comerciava com portugueses e brasileiros, que lhe pagavam em ouro pelos escravos. Embora também cultivasse plantações de mandioca, milho, tomate e tabaco, entre outras, a principal atividade econômica do reino era a exportação de escravos e óleo de palma (Del Priore; Venâncio, 2004, p. 122). O reino de Daomé durou até o século XIX, quando foi dominado por tropas senegalesas da França e incorporado às colônias francesas da África Ocidental.

Os iorubas estabeleceram, no século XVII, o reino de Oió, um Estado forte entre o Daomé e o Rio Níger. Esse reino organizava uma espécie de federação de cidades (Ijebu, Egba, Ilesha), mas uma das cidades mais importantes era Ifé, reconhecida pelos iorubas como uma fonte mística de poder e legitimidade. O reino de Oió manifestava grande dinamismo conquistador ao longo de sua história (Kizerbo, 1999, p. 204).

Embora tenha permanecido fora da influência direta europeia, como Estado escravista, o reino de Oió sentiu a decadência do comércio atlântico de escravos e se desintegrou em pequenas unidades políticas na primeira metade do século XIX, até cair sobre o controle britânico (os iorubas, atualmente, constituem cerca de 20% da população da Nigéria).

Mais distantes do litoral, as cidades de Tombuctu e Djene não deixaram de ser, com a conquista marroquina de Songai, grandes cidades comerciais. O centro de expansão econômica acabou se desenvolvendo mais para o Leste, para as cidades hauçás (como Kano, Katsina e Zária) e para Bornu. A cidade de Kano era considerada um importante centro comercial e manufatureiro (sobretudo, produtos de couro).

Durante os séculos XVI e XVII, ocorreu um grande desenvolvimento das cidades hauçás. Já os sultões de Bornu acompanhavam com preocupação o desenvolvimento dos hauçás, a quem considera-

vam vassalos. A organização social das cidades hauçás era urbanizada, nela moravam a nobreza, os letrados islamizados, os artesãos, tendo alcançado grande importância. A cidade de Kano já praticava o escambo da cola guineense com o sal dos mercadores do deserto. Os mercadores e missionários mandingas introduziram aí o islamismo, embora ele ficasse restrito à aristocracia.

No século XVIII, a África do Norte verificará um renascimento do islamismo, com a utilização da *djihad* (guerra santa). No início do século XIX, Usuman Dan Fodio (1754-1817), um xeque, poeta e pensador fula (*fulani*) que havia nascido no reino de Gobbir, iniciou sua luta contra a escravização dos muçulmanos e contra o sincretismo religioso da Hauçalândia. Em 1812, o Dan Fodio tornou-se califa do Império de Socotô. Diversas revoltas escravas no Brasil (como a dos Malês em 1835) tiveram influência da *djihad* de Usuman Dan Fodio. A construção de Estados nacionais africanos mostrava sua potencialidade, mas estaria submetido então à penetração européia no continente ao longo do século XIX.

Considerações Finais

Quando da chegada dos europeus à África, o continente encontrava diversas formações sociais, tendo o predomínio das variações de modo de produção comunitário e tributário. O resultado do comércio com os europeus foi a formação do sistema capitalista a partir do mercantilismo, com uma especialização e divisão internacional do trabalho, no qual os reinos africanos do litoral ficariam incumbidos basicamente de fornecer mão-de-obra escrava, além de poucos produtos extrativistas.

O deslocamento do centro de gravidade do comércio africano (da savana para a costa) refletiu, em certa medida, o deslocamento do centro de gravidade do desenvolvimento europeu (do Mediterrâneo para o Atlântico), no qual as relações África-Europa estariam submetidas agora ao quadro mais amplo de formação do capitalismo mercantilista, que desenvolveu desigualmente as formações so-

ciais que engendrava. Assim, esses Estados africanos no início do século XVI foram embriões de nação destruídos pelo fim do comércio saariano e pela rearticulação atlântica.

O contato com os europeus interferiu e rearticulou diretamente diversas organizações políticas africanas em processo de formação/aglutinação. Com a centralização de impérios, as novas organizações econômicas passaram a ter de contar com a variável das relações com os europeus, os quais poderiam se tornar aliados ou inimigos, em um complexo jogo que reunia alianças, federações e sucessão de domínios e hegemônias. Os caçadores de escravos iam buscar suas presas em diversos outros grupos e territórios. As conseqüências foram o desmantelamento de estruturas econômicas, políticas e sociais preexistentes, e os reinos que mais prosperaram foram, em geral, os escravistas, mas sobre uma frágil base. No começo do século XIX, o continente ainda não havia sido dominado. Mas, ao longo do século, o fim do escravismo colonial nas Américas, do mercantilismo e a rearticulação capitalista impulsionavam agora os europeus a penetrarem o continente africano, e esses reinos seriam obstáculo ao novo domínio imperialista a ser removido, destruído ou submetido.

Referências

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

BERTEAUX, Pierre. *África: desde la pre-historia hasta los estados actuales*. Madrid: Siglo XXI, 1974.

COQUERY VIDROVITCH, C. *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 1981.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à História da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2005.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Ed. Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa América, 1999, 2 vols.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

RODNEI, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.